

**A LUTA DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PELOS SEUS DIREITOS E PELA SUA DIGNIDADE NÃO VAI PARAR...**

**Os Trabalhadores da Administração Pública vão aderir
massivamente à Greve Geral de 24 de Novembro e, com todos os
trabalhadores portugueses, mostrar que há alternativa à política de
desastre nacional da direita e do capital financeiro**

Os trabalhadores não aceitam que os responsáveis pela atual crise cíclica do capitalismo sejam os seus beneficiários, apresentando milhares de milhões de euros de lucros, à custa da retirada de direitos e da degradação das condições de vida de quem trabalha e atirando para a miséria e a marginalidade cada vez mais portugueses.

De facto, os 4 maiores bancos privados apresentam, no primeiro semestre, lucros de mais de 1.122 milhões de euros (4,1 milhões diários); a PT, nos primeiros 9 meses, apresenta 5.600 milhões (mais de 20 milhões diários); a EDP, nos primeiros 9 meses, apresenta 774 milhões (2,9 milhões diários); a GALP, também nos primeiros 9 meses, 355 milhões (1,3 milhão diário).

Então não há dinheiro?...

Só o total dos lucros destas empresas já atinge 7.852 milhões de euros (29 milhões diários) – montante quase 5 vezes superior ao que o governo quer diminuir nas despesas de funcionamento do Estado, de onde se destaca o roubo das remunerações aos trabalhadores, e 1,5 vezes superior ao que o governo quer arrecadar com as vergonhosas medidas apresentadas para o OE 2011.

Mas nestes lucros a direita não quer mexer, a não ser para os aumentar ainda mais à custa de quem trabalha.

Assim, o “circo” PS/PSD sobre o OE para 2011 – onde não faltaram contorcionistas, trapezistas e palhaços – foi uma verdadeira farsa, com farsantes de todos os matizes. O acordo entre estes dois partidos, após 3 celerados “Planos de Estabilidade e Crescimento” (PEC), pretende aplicar aos trabalhadores da Administração Pública, entre outras medidas, as seguintes:

- . A diminuição dos salários nominais até 10% - medida inconstitucional nunca aplicada no pós-25 de Abril – ou o seu congelamento;
- . O congelamento das pensões e de algumas valorizações remuneratórias e a diminuição de outras;
- . O aumento dos descontos dos trabalhadores e aposentados para a CGA (mais 1%) e para o IRS;
- . O congelamento das admissões;
- . O roubo de mais tempo de serviço, a juntar aos cerca de 2,5 anos já antes roubados.

Tudo isto depois de, no corrente ano, o governo ter retirado direitos na aposentação, baixado as pensões, aumentado o IRS e o IVA, bem como os descontos para a ADSE, baixando as participações, ter limitado as entradas na Administração Pública, agravado a precariedade e destruído as carreiras profissionais.

No seguimento da política de direita dos últimos 34 anos, dos diversos governos do PS e PSD, com a participação ou não do CDS, com um brutal agravamento das condições de vida e de trabalho, o OE do PS/PSD para 2011 é um verdadeiro saque aos bolsos dos trabalhadores.

No entanto, a prática demonstra que a aplicação de tais medidas agrava os problemas económicos do país.

Por um lado, a insistência da direita em continuar a diminuir a despesa, com a degradação das condições de vida e de trabalho – aqui, o PS, o PSD e o CDS estão em consonância – atinge drasticamente o acesso dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas a bens de primeira necessidade e agrava o desemprego.

Por outro lado, existindo uma profunda interligação entre a melhoria das condições de vida e de trabalho e o desenvolvimento económico, tais medidas fazem com que a redução contínua dos salários reais na AP, nos últimos 11 anos, acompanhada da eliminação de direitos e da diminuição do emprego, também se traduza numa diminuição das receitas do Estado em impostos, empobrecendo o país e agravando a situação económica.

Por isso afirmamos e reiteramos que lutar por melhores salários é lutar pelo desenvolvimento do país!

Os trabalhadores e os portugueses têm direito a condições de vida dignas e a serviços públicos de qualidade!

Por todas estas razões, os trabalhadores da Administração Pública também não aceitam que o Governo transforme o direito à negociação e à contratação coletiva na Administração Pública num mero “pro forma”, apenas para cumprir formalidades legais e constitucionais. É inadmissível que o governo imponha as suas malféitorias à força, fingindo que está a negociar com os Sindicatos, enquanto acorda com o PSD, a nível da Assembleia da República, o roubo de salários e a retirada de direitos.

Os trabalhadores da Administração Pública, com a sua luta consciente e abnegada e em torno dos seus sindicatos de classe, impediram ainda maiores retrocessos sociais e civilizacionais e continuarão a lutar por salários e pensões dignos; pela estabilidade laboral, contra a destruição do vínculo de nomeação; por um sistema de avaliação justo e exequível, contra o injusto e irracional sistema de quotas; pela reposição dos direitos retirados na aposentação; pela contagem de todo o tempo de serviço; contra a destruição das carreiras profissionais, a polivalência e a mobilidade especial; contra o congelamento dos acordos negociados com as entidades públicas; contra a externalização e a privatização de serviços públicos, com a sua inerente degradação.

A crise do capitalismo não se vence atirando o seu peso para as costas dos trabalhadores e, nomeadamente, dos trabalhadores da AP – o que é tanto mais vergonhoso quanto se beneficia o sector financeiro com chorudas benesses, quer pondo valores públicos elevadíssimos à sua disposição, quer permitindo que paguem menos de 1/6 do imposto que paga a generalidade das empresas; benefícios fiscais também permitidos às grandes empresas monopolistas, como as atrás referidas, que continuam a aumentar o custo dos seus serviços, piorando as condições de vida das famílias portuguesas.

De igual modo, o governo não se preocupa em reduzir os verdadeiros desperdícios existentes na Administração Pública – por exemplo, na aquisição de serviços que podem ser efectuados internamente

(estudos, auditorias, pareceres jurídicos, etc.); na frota automóvel; nas despesas de representação; ou na externalização de serviços. Um dado objectivo: nos últimos 5 meses, o governo pagou à “Accenture”, por trabalhos de informática em “outsourcing”, 5,3 milhões de euros.

Contudo, para apoiar uma estrutura militar agressiva como a NATO – cuja dissolução é exigida pela Constituição da República -, voltada contra os povos que não se subordinam às imposições do imperialismo ou pretendem libertar-se do seu domínio, o Governo é um “mãos largas” - compra viaturas topo de gama para transportar o Durão Barroso durante 2 dias e viaturas blindadas no valor de 5 milhões de euros.

É bem claro que os sacrifícios são só para alguns - os trabalhadores e as camadas mais desfavorecidas da população - como o confirma sobejamente a distribuição do PIB que vai para os salários, que passou de 59%, em 1975, para 34,1%, em 2009, percentagem inferior à que se verificou no último ano do fascismo, 47,4%.

Os trabalhadores portugueses vão continuar a dar uma resposta firme e determinada à declaração de guerra que o governo lhes move, em conjunto com a União Europeia e o capitalismo mundial.

Perante esta difícil situação, os trabalhadores da Administração Pública presentes na Manifestação Nacional de 6 de Novembro de 2010 comprometem-se a dar luta sem tréguas à política de direita, em defesa de uma verdadeira alternativa política, e decidem:

- 1. Saudar calorosamente a luta desenvolvida pelos trabalhadores da Administração Pública - central, local, regional, professores, enfermeiros, segurança social, polícias, estabelecimentos fabris das forças armadas, entre outros – e todas as lutas dos trabalhadores portuguesas em defesa dos seus direitos e do progresso económico do país;**
- 2. Manifestar o seu mais vivo repúdio pela realização da Cimeira da NATO no nosso país, apelando a uma forte participação dos trabalhadores na Manifestação que se vai realizar no dia 20, pela paz contra a guerra, pela dissolução e pela saída do nosso país dessa estrutura militar agressiva;**
- 3. Manifestar a sua inteira disponibilidade e o seu total empenhamento na continuação do esclarecimento e mobilização dos trabalhadores da Administração Pública para as imprescindíveis lutas em defesa dos objectivos coletivamente definidos e contra as medidas de retrocesso social e civilizacional da política de direita do PS/PSD/CDS;**
- 4. Exortar os trabalhadores da Administração Pública a participarem massivamente e com espírito combativo em todas as lutas que se vão desenvolver e, em especial, na Greve Geral de 24 de Novembro, ponto alto de convergência das inúmeras lutas sectoriais, decidida pelo movimento sindical de classe dos trabalhadores portugueses – a CGTP-IN;**
- 5. Reiterar a posição de que só o aprofundamento da luta dos trabalhadores permitirá estancar o agravamento brutal das suas condições de vida e das camadas desfavorecidas da população e perspectivar a sua inversão.**

A luta vai continuar !

Lisboa 2010/11/06

Os trabalhadores da AP presentes na Manifestação Nacional